

Índios querem a saída da Paranapanema

Durante uma palestra na Universidade do Amazonas, índios revelam que não querem dinheiro, mas sim suas terras preservadas

Foto: Ronaldo Assis

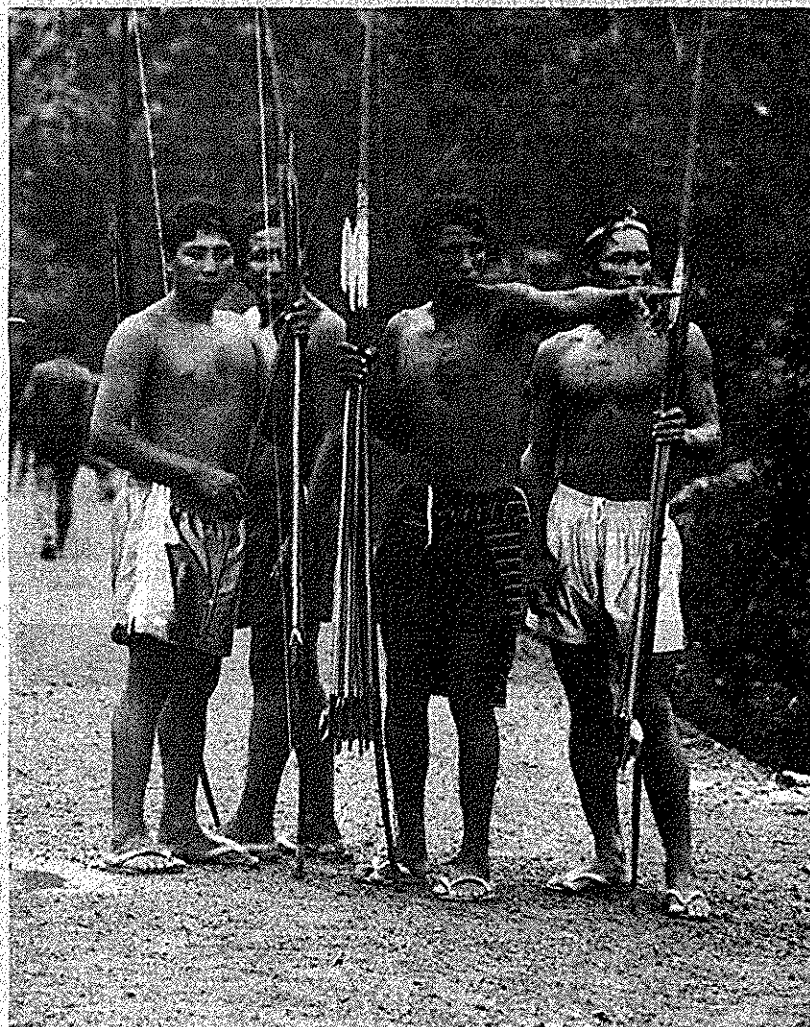
Os índios uaimiris-atroaris podem manter fechada por muito tempo a passagem entre a mina de Pitinga e a reserva. "Nós queremos a Paranapanema longe de nossa terra e vamos permanecer lá quanto tempo precisar", disse o índio José Maria Warakaxi, que ontem participou, no minicampus da Universidade do Amazonas, de palestra feita pelo indigenista Porfírio Carvalho, do Projeto Uaimiri-atroari, sobre o impasse iniciado no último dia seis, quando os índios fecharam a passagem para a retirada de cassiterita da mina de Pitinga, a maior do mundo.

Porfírio revelou aos estudantes e professores que os índios se mantêm firmes e não voltam atrás na decisão de ter a empresa longe do local. Eles vão aguardar a resposta da Paranapanema à contraproposta de pagamento de um carro de minério a cada 200 que passem pela estrada, o que representa 0,5% da produção.

Mas, na verdade, os índios não estão interessados em dinheiro, querem defender sua vida, estruturar-se e agora estão fortes, podem continuar na estrada porque estão apavorados com o buraco de mais de 10 mil hectares que a Paranapanema já abriu nas suas terras, disse o indigenista. Porfírio chegou da reserva no último domingo, acompanhado dos índios José Maria Warakaxi e Gerônimo Sanapyty. Indigenista, atuando com os uaimiris desde a década de 70, ele revela as consequências da presença da mineradora nas terras indígenas.

"Os índios sabem que a empresa se estabeleceu de forma ilegal, quando em 1981 o Governo Federal extinguiu a Reserva Uaimiri-Atroari, pelo Decreto 86.630/81, equivocadamente sob a justificativa de que ali não havia índios", lembra Porfírio. "Basta visitar a área para ver o estrago que parece resultado de uma bomba atômica", assegura.

Anulação - Para os índios uaimiri, a anulação do decreto que extinguiu a reserva é outro objetivo buscado com o fechamento da passagem da mina de Pitinga. Tranquilos, mas dispostos a manter a interdição enquanto for necessário, eles não temem represálias. "O Exército não pode ser



Uaimiris-atroaris querem anular decreto que extinguiu a reserva

acionado para proteger uma empresa particular, ainda mais na situação da Paranapanema", adverte o indigenista Porfírio. Ele disse ainda que a empresa mineradora não tem licenciamento e nunca pagou multas estabelecidas por órgãos como Ibama e Ipaam. Outra denúncia levantada por Porfírio é quanto a possibilidade de estar havendo contaminação de carnes e frangos transportados para Manaus nos mesmos carros que levam o minério de Pitinga para o Sul do País. "Como sou leigo no assunto, já apresentei o problema à Procuradoria Geral da República em Manaus para que o problema seja investigado e um especialista dê um parecer", afirma.

Os índios José Maria e Gerônimo não têm dúvidas quanto aos malefícios provocados pela Paranapanema para as tribos. "Em algumas tribos nós não temos mais água limpa para beber", disse José Maria, para revelar que isso tem provocado doenças e matado os peixes. Ocupando 2.585.911 hectares nos municípios de Presidente Figueiredo e Novo Airão, eles somam 705 índios vivendo em 14 aldeias. Na década de 70, quando foram feitos os primeiros contatos, eles eram 3.000 índios, em 1974 eram 1.500 e hoje, são apenas 705 índios. O importante, no entanto, segundo o indigenista Porfírio, não é contar as perdas e as tragédias, mas lutar pela vida.



Representantes do Cimi e Coiab buscam apoio do procurador Carlos Frederico (à esquerda), da PGR

Procuradoria da República é acionada

Representantes do Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e do Conselho Missionário Indigenista (Cimi) estiveram ontem com o procurador-chefe Carlos Frederico, na Procuradoria da República no Amazonas, no Aleixo. Além de apoiar a reivindicação feita pelos índios uaimiris-atroaris ao Grupo Paranapanema, os representantes lembraram das agressões sofridas pelo meio ambiente, como a poluição do rio Alalaú, após o início da extração de cassiterita no Pitinga e a demarcação da área da reserva, que define as terras como pertencentes às etnias indígenas.

Para o magistrado, a aprovação de que o Grupo Paranapanema deve chegar a um acordo com os índios é o fato de já vir pagando um "imposto irrisório" sobre a utilização da vicinal localizada nas terras indígenas. Durante a reunião, o presidente da Coiab, Gersen Luciano, e o presidente do

Cimi, Ginter Francisco, tentaram sensibilizar o procurador Carlos Frederico às reivindicações indígenas amplamente divulgadas pela imprensa, inclusive regional, reforçando o direito a terra como básico à sobrevivência dos grupos étnicos.

O gerente do programa Uaimiri-Atroari, Márcio Cavalcante, segue hoje para a reserva indígena onde discutirá a proposta de pagamento de 0,5% sobre a extração de cassiterita da mina de Pitinga, em Presidente Figueiredo. Em um cálculo matemático apresentado pela mineradora, esse percentual alcançaria cerca de R\$ 24 mil mensais. "Estamos aguardando uma posição dos índios e do grupo do programa Uaimiri-Atroari", disse o gerente geral da mineradora, Aroldo Dutra Garcia, que não concorda com o fato de os índios agregarem a cobrança do pedágio pelo uso da estrada que passa pela reserva. "A primeira proposta está fora da re-

alidade", disse ele, referindo-se à cobrança mensal de R\$ 78 mil pela utilização da estrada, onde não passam apenas caminhões transportando cassiterita.

"Aí é que está o nó do problema", observou de outro lado Márcio Cavalcante, que sabe que os índios querem o pagamento de um imposto onde o fator gerador leve em conta a extração e o transporte da cassiterita, agregados ao pedágio dos veículos que trafegam na estrada. Em setembro, segundo Márcio Cavalcante, 635 carros fizeram uso da estrada. "Tem gente que vai pescar e caçar na área e perturba a vida dos índios", completou. Com a ocupação da estrada pelos uaimiris-atroaris, o grupo Paranapanema tem utilizado avião para transportar os empregados e materiais utilizados na extração do minério. Em dez minutos de voo, a aeronave percorre o espaço entre o aeroporto do Pitinga e o de Abonari, em Presidente Figueiredo.